

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

Programa de Pós-Graduação em Educação em Direitos Humanos

Matuzalém Gomes dos Santos

**EDUCAÇÃO DO CAMPO VERSUS EDUCAÇÃO NO CAMPO DESAFIOS E
NECESSIDADES**

Diamantina

2024

Matuzalém Gomes dos Santos

**EDUCAÇÃO DO CAMPO VERSUS EDUCAÇÃO NO CAMPO DESAFIOS E
NECESSIDADES**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao programa de Pós-Graduação Lato Senso em Direitos Humanos da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Como requisito para obtenção de Título de Especialista.

Orientador: Prof. Ronaldo Lopes Guimarães, Mestre em Ciências Humanas

Diamantina

2024

EDUCAÇÃO DO CAMPO VERSUS EDUCAÇÃO NO CAMPO DESAFIOS E NECESSIDADES

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação Lato Senso em Direitos Humanos da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri como requisito para obtenção do título de especialista.

Orientador: Prof. Ronaldo Lopes Guimarães,
Mestre em Ciências Humanas

Data de apresentação 07/ 10/2024

Diamantina

2024

Catálogo na fonte - Sisbi/UFVJM

615 Santos, Matuzalém Gomes
Gomes EDUCAÇÃO DO CAMPO VERSUS EDUCAÇÃO NO CAMPO [manuscrito] : Desafios e
L Necessidades / Matuzalém Gomes Santos. -- Diamantina, 2024.
2024 33 p.

Orientador: Prof. Ronaldo Lopes Guimarães .

Monografia (Especialização em Educação em Direitos Humanos) -- Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Curso de Especialização em Educação em Direitos Humanos, Diamantina, 2024.

1. Peculiaridades da Educação do Campo. 2. Educação do Campo Pedagogia da Alternância. 3. Escola Família Agrícola do Campo. 4. Aplicação da Pedagogia de Alternância nas Escolas Famílias do Campo. I. Guimarães , Ronaldo Lopes . II. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. III. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFVJM com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Este produto é resultado do trabalho conjunto entre o bibliotecário Rodrigo Martins Cruz/CRB6-2886
e a equipe do setor Portal/Diretoria de Comunicação Social da UFVJM

**Matuzalém Gomes
dos Santos**

**EDUCAÇÃO DO CAMPO
VERSUS EDUCAÇÃO NO
CAMPO DESAFIOS E
NECESSIDADES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como parte dos requisitos exigidos para a obtenção título de Especialista em Educação em Direitos Humanos, na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

Data de aprovação 07/10/2024

Orientador(a): Prof. Ronaldo Lopes Guimarães

Prof. Ronaldo Lopes Guimarães
Diretoria de Educação Aberta e a Distância – UFVJM – Orientador(a)

Prof. Fernando Oliveira Gonaçalves
Prograd - UFVJM

Prof. Pedro Henrique Chaves Pessanha
Diretoria de Educação Aberta e a Distância – UFVJM

AGRADECIMENTO

Meus agradecimentos a Deus em primeiro lugar, a todas as pessoas da Especialização em Educação em Direitos Humanos do Campo da UFVJM, EAD, desde administrativo, Coordenação, Docentes, Discentes pelo incentivo coleguismo e apoio nas discursões e informações.

RESUMO

A dissertação objetiva discutir a Educação do Campo versus a Educação no Campo trazendo aqui a dicotomia dessas realidades, no ensino aprendido e na valorização da realidade onde essa educação é aplicada. Como é aplicada e qual a objetividade alcançada dentro dessa realidade. Vislumbrar os desafios, valores, educação e o campo, com sua vivência e força a partir do conhecimento educacional.

Palavras Chaves: Educação do Campo, Educação no campo, Valores, Desafios, Realidade

ABSTRACT

The thesis aims to discuss Education in the countryside versus Education in the countryside, bringing here the dichotomy of these realities, in teaching and learning and in the valuation of the reality where this education is applied. How it is applied and what objectivity is achieved within this reality. To glimpse the challenges, values, education and the field, with their experience and strength from educational knowledge.

Keywords: Rural Education, Rural Education, Values, Challenges, Reality

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO-----	10
PECULIARIDADES DA EDUCAÇÃO DO CAMPO-----	11
EDUCAÇÃO DO CAMPO-----	13
EDUCAÇÃO NO CAMPO-----	16
EDUCAÇÃO DO CAMPO/ (PA) PEDAGOGIA DE ALTERNÂNCIA-----	19
(EFAs) ESCOLAS FAMÍLIAS AGRÍCOLAS DO CAMPO-----	22
APLICAÇÃO DA (PA) PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA NAS (EFAs) ESCOLAS FAMILIAS AGRICOLAS DO CAMPO-----	25
DESAFIOS DE IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO POR ALTERNÂNCIA NAS ESCOLAS DO CAMPO-----	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS-----	32
REFERENCIAS-----	34

INTRODUÇÃO

Art. 205 – A educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho.

Art. 206 – O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I – igualdade e condições para acesso e permanência na escola.

II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber.

No campo dos Direitos Humanos encontra-se um bom espaço para discutir questões que envolvam a Educação do Campo e a Educação no Campo, vislumbrando sua diferente especialidade e sua aplicabilidade e quem são os seus labutadores de onde vem. Quando se aborda educação do campo e educação no campo surge uma inquietação no sentido de que: não seria a mesma coisa? Nesse contexto pretende-se explicar essa dicotomia entre ambas as formas de ensino. Buscando expor os paradigmas que existem entre essas modalidades de ensino. A abordagem que se pretende, leva à compreensão de Educação do Campo e Educação no Campo. Quais as diferenças e as controvérsias que permeiam em torno da Educação do Campo e a Educação no Campo. Como são desenhados e aplicados o conhecimento no setor educacional.

É fato que é um direito constituído o acesso à educação de qualidade para todos e todas, porém essa educação se difere de povo para povo ou deveria assim ser, observando as peculiaridades que fazem parte de certos povos, como a cultura e o modo de vida, por exemplo. Nesse contexto a educação quando aplicada para o povo do campo, se faz necessário que se leve em consideração, desde o seu planejamento os aspectos que norteiam a vida no campo para que desse modo o aprendizado não seja apenas conteudista levando apenas a didática, mas que traga junto a essa realidade a valorização da cultura,

da história local, que no aprendizado se construa novos manejos e técnicas referentes as suas atividades diárias no campo.

Peculiaridades da Educação do Campo

O reconhecimento de que as pessoas que vivem no campo carecem de educação diferenciada daqueles que vivem na cidade é recente. E esse reconhecimento ganha força por meio de movimentos sociais e a partir da instituição, pelo Conselho Nacional de Educação, das Diretrizes e Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo, que leva em consideração os aspectos que regem a vida no campo, proporcionando assim, uma formação integral aos indivíduos desse meio (HENRIQUES et al, 2007).

A educação do Campo se caracteriza como uma forma de resistência frente ao avanço da modernização no campo. Tal ofensiva tem o agronegócio como ator principal, o qual ganha força na metade do século XX, marcado pela inserção de novas tecnologias nas zonas rurais visando um aumento na produtividade e consequentemente, no acúmulo de capital. Em contrapartida, paralelo a tecnificação do campo diversas práticas históricas camponesas foram perdidas ou inviabilizadas. Nesse contexto é importante que esse modelo de educação, marcado por suas singularidades, resgate as práticas e a identidade do povo camponês, além de valorizar e enriquecer ainda mais a cultura do campesinato (RODRIGUES et al, 2011, p.3).

Durante o período da Ditadura Militar no Brasil diante de um cenário de aplicações de políticas públicas no campo centradas quase que exclusivamente para a produção agropecuária e no modelo de agricultura de monocultura voltado, sobretudo para o mercado externo, as Escolas Famílias (EFAs) começam a ser implantadas no país. (ARAÚJO, 2005 P.91). As EFAs buscam valorizar as vivências cotidianas dos estudantes e dos seus familiares, propondo práticas que estimulem o trabalho no campo e valorizem a cultura e o modo de vida inerente ao espaço (CERQUEIRA et al, 2012 p.1). Tem se como meta a garantia do desenvolvimento das comunidades, respeitando os limites do ambiente e evitando a perda da identidade dos jovens do campo. Conforme a lei 11326/2006 e o decreto. No 7.352 de 4 de novembro de 2010 e a resolução SEE/MG Nº 2820 de 11 de dezembro de 2015, população do campo são: os agricultores familiares, os extrativistas, os ribeirinhos os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, geraizeiros, vazanteiros, caatingueiros,

veredeiros, pescadores artesanais, integrantes dos movimentos dos atingidos por barragens, apanhadores de sempre viva, faiscadores e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural.(BRASIL, 2012 E MINAS GERAIS 2015.). Tendo essa população campesina diferenciada a escola que visa atender de forma adequada pontua sua atuação com meios e recursos que abranjam essa população dentro da sua realidade de existência. Assim sendo escola família rural com o intuito de atender essa população surge sendo escolas de alternância exatamente por compreender o homem do campo e suas atividades como valores e pertencimento onde a educação entra como somatória trazendo conhecimento e valorização do homem no seu habitat com conhecimento para melhor desenvolver no seu espaço.

Educação do Campo

A Educação em seu vasto sentido, reflete tudo que possa ser feito para que o ser humano se desenvolva em seu sentido exato, representa o ensino e o desenvolvimento de competências e habilidades, portanto, a educação é um elemento indissociável do ser humano para que possa ter o pleno desenvolvimento de suas capacidades físicas, mentais e intelectuais (VIANNA, 2006). A construção da Educação do Campo tem seu marco inicial a partir de 1990, pelos Movimentos Sociais, visto que a Constituição Federal de 1988, ao garantir o direito à educação básica, motivou a possibilidade de reposicionar a educação do campo no panorama educacional. Neste período, um conjunto de eventos, debates e lutas passa a ser realizado para discutir, explicitar e encaminhar propostas a partir do entendimento que no campo existem saberes, cultura e um povo que produz pela força do seu trabalho e assim constituem um modo de vida singular. Por isso contrapor a educação no campo, visando uma educação do campo e com isso mostrar que o campo tem direito à educação e que essa educação tem que ter qualidade e isso mediante a uma grande manifestação de ações dos trabalhadores do campo que conhecem sua realidade de existência (FORTES ET AL, 2015, p2). Ainda com tudo isso, o percurso histórico do Brasil, quanto às políticas públicas da educação para o meio rural, fica evidente o quanto o Estado negligenciou a educação. Embora a sociedade brasileira no início do século XX fosse predominantemente agrária, nesse período a retrospectiva nos mostra que nas constituições de 1825 a 1891, a educação rural não fazia parte do planejamento do Estado, e nem sequer era mencionada nesses documentos, deixando claro o descaso dos responsáveis, surgindo apenas mais tarde a preocupação com a educação no meio rural (BARROS; LIMA, 2013). Caldart (2002, p. 18), faz a seguinte afirmação:

Um dos traços fundamentais que vem desenhando a identidade desse movimento por uma educação do campo é a luta do povo do campo por políticas públicas que garantam seu direito a educação, e a uma educação que seja no e do campo. No: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive: Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e a suas necessidades humanas e sociais.

Nesse contexto é perceptível que para cumprir uma legislação o Estado junto aos municípios vem tratando a educação do campo como educação apenas curricular, o aluno

está no campo, porém sua rotina é semelhante aos alunos de zona urbana. Ainda que se pontue na (LDB), as condições para que os alunos do campo sejam atendidos, na prática essa realidade não se consuma. O calendário escolar é comum a escola rural e urbana, não existe um calendário rural. E com isso os alunos da zona rural sofrem as intemperes dos tempos chuvosos por exemplo. Os horários de atendimentos das escolas rurais são também um desafio para os alunos pois mesmo seguem o mesmo cronograma dos horários urbanos o que é uma realidade muito diferente da zona rural. Os alunos da zona rural recebem o transporte escolar, mas esse transporte para atender os alunos exige muito desses alunos, uma vez que as rotas desses transportes são distantes das escolas, e os fazem ficarem muito tempo em condução, causando um certo cansaço devido a distância e o fato de terem que se levantarem muito cedo para conseguir se adequar aos horários das aulas. Existem casos de estudantes que se deslocam no período da madrugada para ter acesso aos ônibus escolares e para isso precisam acordar muito cedo para que tenham essa condição. No período da tarde muitas crianças só chegam em casa já à noite. E isso quando não ocorre de ônibus quebrar e terem longos períodos para andarem. Somando se a isso tem se os currículos e os professores que tem sua metodologia de ensino sem nenhuma percepção local, ou seja, sem nenhuma característica com povo do campo. O aluno é instigado a todo momento que o aprender, o ter a conquista do saber, o tirará daquela situação de “roça”, para um trabalho digno na cidade, e nessa visão de que o estudar é para não ser como os seus antepassados ele cria uma ilusão de que em algum tempo terá sua emancipação do campo e assim seus valores, cultura sua história de vida vai sendo moldados para se distanciar por meio do conhecimento de uma realidade que com conhecimento dele (a), ele (a) poderia mudar o contexto vivenciado. Quando se adentra e esse contexto da educação é perceptível em termos de legislação que, pode se destacar como avanços por exemplo na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Lei nº 9394/96. No Artigo 28 que diz:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I – conteúdos curriculares e metodologia apropriadas às necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III adequação à natureza do trabalho na zona rural (LDB 1996).

Tem-se programas que são oriundos de lutas e muita resistência para que a educação do campo seja uma realidade dentro dos preceitos dos seus habitantes como o PRONACAMPO, que é o programa de educação do campo. Este programa foi lançado em 2012, a partir de muitas pressões dos movimentos coletivos do campo, visando avançar nas políticas públicas voltadas especificamente para o campo. Este programa foi estruturado em quatro eixos: Gestão e políticas pedagógicas; formação inicial e continuada de professores; educação de jovens e adultos e educação profissional e infraestrutura física e tecnológica. No primeiro eixo destacam-se as iniciativas do Programa Nacional do Livro Didático específico para o campo e a inclusão das escolas dos centros familiares de formação por alternância CEFAS no FUNDEB, a partir de convênios com as redes públicas de ensino, amparados pela Lei nº 12.695/2012 (Cfhttp://pronacampo.mec.gov.br/10_destaque/2-o-pronacampo). Também é possível citar o PRONERA, um Programa Nacional de educação da Reforma Agrária. O PRONERA surgiu em decorrência das discussões do I ENERA-Encontro Nacional de Educadores na Reforma Agrária, em 1997, como reconhecimento da necessidade de vencer o desafio de aumentar a escolarização das trabalhadoras e dos trabalhadores rurais. O I ENERA foi promovido pelos Movimentos Sociais de luta pela Reforma Agrária, sua continuidade se deu com a I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, em 1998. Após várias negociações, o então Ministério Extraordinário da Política Fundiária instituiu por meio da Portaria nº 10/98, em 16 de abril de 1998, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, sendo incorporado ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em 2001. O PRONERA apoia projetos de escolarização desde a alfabetização, na educação básica, profissional de nível médio, até cursos superiores para formar professores do campo, advogados, engenheiros agrônomos, entre outros. O PRONERA foi o berço onde emergiu o debate e a elaboração inicial do conceito Educação do Campo. Foi um dos programas que mais utilizou a alternância e serviu como das fontes de inspiração para esta metodologia nas licenciaturas em Educação do Campo, nas Instituições Superiores de Ensino. Tem-se a UNEFAB União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil, que é uma instituição de caráter civil, sem fins lucrativos criada em 1982 por camponeses vinculados às EFAs e ECORs de todo o Brasil, cujas finalidades são animar, assessorar e representar, no âmbito nacional, o movimento das EFAs e suas Organizações Regionais/ estaduais.

Educação no Campo

Falar na Educação no Campo não é o mesmo que falar da Educação do Campo, sua diferença está exatamente no formato em que se dão e para quem são ofertadas com que valor e objetividade? A formação dos professores para a educação no campo não leva em conta a realidade de seus aprendizes o vislumbre de uma possível emancipação da vida no campo por meio do saber é maior que o valor de pertencimento e/ou uma possível mudança de realidade, sem se perder da sua raiz, da sua comunidade ou mesmo de sua genealogia

No contexto exposto, levanta-se o seguinte questionamento: Quais as dificuldades enfrentadas pelos alunos nas escolas rurais na atualidade? Levantando tal questionamento se estabelecem três hipóteses: as políticas públicas voltadas para a educação não chegam para as escolas nas áreas rurais; os professores sentem dificuldades em desenvolver seu trabalho pela falta de infraestrutura e materiais pedagógicos; a acessibilidade dos alunos é comprometida tanto pela falta de condições de locomoção e/ou transporte, quanto pela escolha entre trabalhar e estudar. Pode-se afirmar que existe um paradigma quando se fala em educação do campo, e educação no campo. A Educação do Campo tem uma contraposição a Educação no campo, com diferença que marca bem ambas. A primeira busca o reconhecimento do campo como espaço de vida que contempla um objeto de desenvolvimento sustentável “voltados aos interesses e ao desenvolvimento sociocultural e econômico de quem vive e trabalha no campo” ((FERNANDES; CERIOLI, CALDART, 2004, P. 27). À segunda leva o conhecimento como uma forma de aglutinação e competição na vida cotidiana e distante do campo. A educação Rural/Campo, Leite (2002) afirma que passou a ser vista na sociedade brasileira em decorrência do forte movimento migratório interno dos anos 1910/20, quando muitos agricultores deixaram o campo em direção as áreas urbanas, devido ao processo de industrialização mais amplo. A publicação Educação do Campo do MEC (BRASIL, 2007) define que as escolas do campo são as que estão localizadas, de acordo com o IBGE, na área rural, mesmo tendo suas sedes em áreas consideradas urbanas. São consideradas assim por atenderem um público que tem como produção econômica, social e cultura vinculada majoritariamente ao campo. Está longe de ser simples fazer com que as escolas do campo, utilizem metodologias que levem o aluno a refletir sobre a complexidade do lugar em que vive, compreendendo e agindo sobre o mesmo como

sujeito. A educação do Campo precisa contemplar o lugar de vivência dos alunos, que além de serem espaços de produção de alimentos, são espaços da cultura, da identidade, da política, da economia, etc. Os princípios da luta por uma Educação do Campo nascem nos movimentos de reforma agrária, como contraponto a realidade e demonstrando uma alternativa de educação e ressignificação do espaço rural.

O desafio lançado por estes órgãos foi de criar uma Educação do Campo que levasse em consideração o contexto e a cultura do indivíduo, seu modo de percepção do tempo, do espaço e do meio ambiente, além de seu modo de vida. (CALDART, 2008). Assim, a educação se caracteriza como um processo que prepara os sujeitos (alunos) para exercerem o direito de cidadão, dentro de sua realidade de vida, com seus valores e historicidade, criticando e agindo sobre o meio em que vive. Para isso precisa ser oferecida, independentemente do nível e localização da escola, de forma igualitária para todos observando o contexto existencial e valorando o mesmo, sendo dever do Estado assegurar este direito. Precisamos de uma Educação do Campo e não apenas no Campo, de modo que a relação ensino-aprendizagem atenda às necessidades dos agricultores familiares, camponeses, trabalhadores, assentados, enfim, todos, os que vivem e desenvolvem alguma atividade no campo. Hoje, o maior desafio das escolas do campo é superar a aplicação da concepção de Educação do Campo nos mesmos parâmetros pensados para as escolas da área urbana. (CALDART, 2008). Historicamente a oferta de educação para as populações camponesas desconsiderava o campo como espaço de produção de conhecimento. O modelo de educação rural empregado se fundamentava no contexto urbano e depreciava o campo e os sujeitos que nele viviam. Ao longo da história o campo foi visto como lugar de atraso e da ignorância. A escola rural urbanizada ainda persiste hegemonicamente, assim como a visão negativa do rural e dos sujeitos que nele habitam. Contudo a emergência dos Movimentos Sociais e sindicais do campo, a partir da segunda metade do século XX, contribui para o progresso de rompimento desta visão e com o modelo de escola rural.

Os movimentos coletivos do campo, principalmente aqueles mais afinados com a luta pela terra, começaram a pressionar o Estado por políticas públicas específicas, propondo outro modelo de educação. Uma educação dialógica que resgata questões da própria territorialidade de forma que os sujeitos se tornem protagonistas do processo educacional e de suas lutas por um novo projeto de campo e sociedade. Nessa perspectiva propõe-se que a educação do campo use a educação como uma lente para interpretar a realidade e gerar uma forma de construir possibilidades de transformação social.

Intencionando um projeto pautado numa concepção de campo, de educação e de sociedade que qualifique simbolicamente a identidade social do sujeito do campo atrelada à sua forma de vida. Para Caldart (2012) a Educação do Campo surge como denúncia, mas ao mesmo tempo como anúncio que visa incidir sobre a política da educação, a partir dos interesses sociais das comunidades camponesas considerando suas formas de organização e de produção de vida. Dessa forma, a ação pedagógica da educação do Campo encontra na Pedagogia da Alternância uma forte aliada na formação dos sujeitos camponeses. Por meio da sua maneira de organizar os tempos e espaços escolares. Percebe-se também que ela se torna uma referência relevante para a formação de educadores em nível de graduação, pós-graduação e formação continuada de educadores.

Educação do Campo/ (P A) Pedagogia de Alternância

A educação do campo no Brasil é marcada por muitas lutas de um povo que por muitos anos sofreram com o descaso de políticas apropriadas para o campo voltadas para a realidade da população camponesa. De acordo com Caldart (2007), foi através da mobilização/pressão de grupos sociais para a criação de política educacional voltadas para comunidades camponesas juntamente com as lutas dos Sem Terra para que fossem construídas mais escolas públicas nos campos de Reforma Agrária e, com a resistência de organizações e comunidades camponesas para que não fossem extintas as escolas existentes acabando com as experiências educacional local e sua identidade.

A Educação do Campo nasceu tomando/precisando tomar posição no confronto de projetos de campo: contra a lógica do campo como lugar de negócio, que expulsa as famílias, que não precisa de educação nem de escolas porque precisa cada vez menos de gente, a afirmação da lógica da produção para a sustentação da vida em suas diferentes dimensões, necessidades, formas. E ao nascer lutando por direitos coletivos que dizem respeito à esfera do público, nasceu afirmando que não se trata de qualquer política pública: o debate é de forma, conteúdo e sujeitos envolvidos. A Educação do Campo nasceu também como crítica a uma educação pensada em si mesma ou em abstrato; seus sujeitos lutaram desde o começo para que o debate pedagógico se colasse à sua realidade, de relações sociais concretas, de vida acontecendo em sua necessária complexidade. (CALDART, 2007, p. 2-3)

A história das práticas educativas no campo emerge das necessidades de diferentes grupos sociais em acessar a educação. Os antigos traços da colônia brasileira de exploração dividida em classes sociais formaram, em grande parte, a estrutura fundiária do país. Atrelada a essa estrutura fundiária hierarquizada, a educação rural (como era denominada na época) definia que, para viver na “roça” não haveria necessidade de amplos conhecimentos. Diante dessa concepção, para os trabalhadores do campo não seria importante à formação escolar nos mesmos moldes daquela oferecida às elites brasileiras. (ANTONIO e LUCINI, 2007). Assim a educação rural / do campo foi sendo desenhada e desempenhada ao longo dos tempos como um recurso de mera “clemência” onde os seus usuários eram apenas os povos diferentes da roça. O campo não tinha o poder de desenvoltura para que uma educação fosse pensada de fora para dentro, uma educação que fosse pensada e levasse em conta sua estrutura e realidade de sobrevivência.

Era preciso pensar a Educação do Campo a partir do campo e assim trazer os anseios e moldes que a constituição garante como direito para uma prática real. Nesse anseio os povos camponeses se veem em uma situação de se emanciparem buscando na prática o que lhes é de direito, a educação dentro de uma realidade que represente a condição de vida que se vivem na sua comunidade. As Escolas estão dentro do campo, porém sem metodologia específica, sem condicionalidades que proponha ao aluno do campo dignidade no aprender com a sua realidade rural.

A Educação do Campo enquanto modalidade de educação básica brasileira caracteriza-se por diferentes formas de organização e de gestão das escolas e nesse contexto, a pedagogia da alternância é reconhecida no âmbito da prática pedagógica, como uma forma apropriada de organização para as escolas do campo. A pedagogia da alternância é uma forma de organização escolar que faz um elo diretamente com a realidade camponesa, pressupõe uma relação orgânica entre os meios de vida comunitário e escola, que se integram a partir de práticas pedagógicas em que o estudante alterna períodos de aprendizagem no espaço familiar e comunitário (Tempo Comunidade) e em seu próprio meio, com períodos na escola (Tempo Escola). Onde esses tempos estão interligados por meio de instrumentos pedagógicos específicos. Dessa forma a (PA) Pedagogia da Alternância é um método que busca a interação entre o estudante que vive no campo e a realidade que ele vivencia em seu cotidiano, de forma a promover constante troca de conhecimentos entre seu ambiente de vida e trabalho e o escolar. A PA, é uma proposta educativa voltada para o homem do campo que tem, entre os seus pilares, o desenvolvimento do meio e a formação integral do educando. Para tanto, conta com várias ferramentas pedagógicas orquestradas em um Plano de Formação, entendido como reflexo de um Currículo Integrado. Por tanto a (PA) Pedagogia da Alternância busca a interação entre o estudante que vive no campo e a realidade que ele vivencia em seu cotidiano, de forma a promover constante troca de conhecimentos entre seu ambiente de vida e trabalho e o escolar.

Atualmente, no Brasil, a (PA) Pedagogia da Alternância utiliza os seguintes instrumentos pedagógicos: Plano de Estudo; Caderno da Realidade; Colocação em Comum; Visitas de Estudos; Intervenções Externas; Caderno de Acompanhamento; Visita às Famílias, Projeto Profissional do Jovem; Estágios e Experiência em Casa e na Escola. Assim sendo a (PA) Pedagogia da Alternância é um caminho para romper com a visão de ensino tradicional, que considera que todos os alunos aprendem de forma igual e, portanto, estabelecem um mesmo formato de ensino para todos.

A alternância de estudos em tempo-escolar e tempo família comunidade é uma das estratégias pedagógicas que mais atende aos diferentes contextos da Educação do Campo, seja no nível da educação básica ou superior, ao possibilitar aos sujeitos, adolescentes, jovens e adultos, acessarem e a permanecerem na escola. Com o sistema de alternância é possível potencializar mais a relação de vida na escola e da escola na vida. A realidade se torna ponto de partida e de chegada do processo ensino aprendizagem, numa relação dialética e das práxis crítica entre ação-reflexão-ação. Sendo a realidade o princípio e fim do processo pedagógico alternante, o currículo, compreendido como Plano de Formação é desafiado a articular e fazer dialogar com os conhecimentos escolares com os saberes populares locais, aproximando ciência e experiência. Ou seja, a ritmização dos tempos-espacos escola-família-comunidade permite, por meios de Mediações Pedagógicas, que os sujeitos alternantes mantenham-se imersos em sua realidade, pesquisem-na reflitam e intervenham sobre ela, reforçando com isso suas raízes fortalecendo laços de pertencimento e identidade.

Ao vincular-se com a territorialidade camponesa, a formação por alternância possibilita que as escolas do campo possam construir uma prática educativa e formativa mais coerente com as demandas locais e vivenciar uma pedagogia social que aporta um maior sentido para os estudantes ao contextualizar ensino e aprendizagem. O movimento alternado, escola – família – comunidade assume o compartilhamento cooperativo de papeis e dimensões formativas.

Para além da contextualização pedagógicas experiências escolares, a Formação por Alternância amplia as possibilidades de permanência do jovem no campo contribuindo para que as práticas de Agricultura Familiar Camponesa tenham sucessores, garantindo o fortalecimento de experiências produtivas e reprodutivas sustentáveis no campo. A educação contextualizada e crítica problematiza o campo e conscientiza sobre seus potenciais e valores no contexto social.

(EFAs) Escolas Famílias Agrícolas do Campo.

As (EFAs) Escolas Famílias Agrícolas é uma associação formada por Famílias, Comunidades, Movimentos Sociais e Sindicais do Campo que funcionam por meio da pedagogia da alternância, promovem uma formação integral e libertadora, articulada a produção sustentável da vida, com finalidades educativas comprometidas com um novo projeto de campo e sociedade, baseando em princípios de agroecologia. Sendo uma Escola do Campo situada no Campo, protagonizada e gerida pela associação das famílias camponesas. A EFA se destina: aos filhos e filhas de agricultores familiares camponeses. Prioritariamente, as EFAs atendem a um público adolescente, jovem e adulto do campo, porém existe a acolhida de estudantes da cidade desde que tenham ligação com o campo e a possibilidade de fazer atividades práticas e pesquisas em propriedades rurais. As modalidades de ensino se diferenciam de EFAs para EFAs, tendo as que ofertam o segundo ciclo da Educação Básica 6º AO 9º ano regular em 4 anos com qualificação básica em agropecuária. Ou seja, o currículo integra conteúdos de Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Língua portuguesa, arte, Educação Física, Matemática, História, Geografia, Ciências e Ensino Religioso e na parte diversificada: Agricultura, Zootecnia e Educação Familiar. Tem-se também EFAs com o Ensino Médio Regular e Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada, com habilitação em Agropecuária com duração de 3 anos. O aluno forma e recebe um diploma de Ensino Médio Técnico em Agropecuária. Também existem as (EFAs) que oferece tanto o Ensino Fundamental como o Médio e ainda a EJA, todas as modalidades em forma de alternância. Tempo escola tempo família. Dentre as características das (EFAs) Escola Família Agrícola tem uma primordial que é a organização dos tempos de espaço escolares alternados. O aluno/aluna fica um tempo na escola e outro tempo na família- comunidade. Ele não vai a aula todos os dias durante os 200 dias letivos do ano. Uma parte dos estudos é feita no tempo em que ele passa junto da sua família e comunidade. Para o ensino Fundamental onde a grande maioria dos alunos ainda são pequenos a alternância se faz em uma semana na escola e uma semana na família – comunidade. Já para o Ensino Médio a ritmização dos tempos alternados é feita em duas semanas na EFA, e duas semanas na família –comunidade. Dentro da EFA o tempo-espaço na escola é chamado Sessão Escolar (SE), já o tempo- espaço na família –comunidade é denominado de Estadia socioprofissional (ESP).

A Associação Mineira das Escolas Famílias Agrícolas (AMEFA) é uma organização social, de natureza educativa, sem finalidades econômicas, criada em 24 de julho de 1993, com abrangência em todo o Estado de Minas Gerais. Em Minas Gerais, a história das Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) começa de uma forma diferente. Primeiro, surgiram as escolas, EFAs e só mais tarde criou-se uma articulação em rede Estadual, no caso, a Associação Mineira das Escolas Famílias Agrícolas (AMEFA). As primeiras EFAs mineiras surgiram por iniciativas de forças sociais e políticas diversas de cada localidade, mas de uma forma dispersa, isolada, desarticulada, causando muitas dificuldades para a consolidação e maior visibilidade dessas escolas no Estado. Por falta de uma coordenação a nível estadual afinada com os princípios da Pedagogia da Alternância e a filosofia do movimento EFA; pelo pouco conhecimento da verdadeira Pedagogia da Alternância e por falta do real protagonismo das famílias camponesas no processo de criação, algumas EFAs assim que iniciaram, logo perderam suas características originais. Outras fecharam ao longo de alguns anos de funcionamento. A necessidade de uma associação estadual, representativa e coordenadora da proposta educativa da EFA, conforme dados históricos, emerge no início dos anos de 1990. As discussões tomaram corpo a partir de 1991 e se estenderam até a data da sua instituição, numa Assembleia Geral, realizada na Escola Família Agrícola de Virgem da Lapa, MG, no mês de julho de 1993. A Associação Mineira das Escolas Famílias Agrícolas (AMEFA) é uma organização social, de natureza educativa, sem finalidades econômicas, criada em 24 de julho de 1993, com abrangência em todo o Estado de Minas Gerais. Sua base social é formada pelas Associações Escolas Famílias Agrícolas (AEFAs), entidades civis, sem finalidades econômicas, mantenedoras das Escolas Famílias Agrícolas EFAs. Por princípio, a EFA é uma escola comunitária. Esta base associativa é o seu primeiro pilar fundamental. A Associação EFA é baseada, prioritariamente, nas famílias camponesas e suas organizações e movimentos sociais. Por isso, os quadros da gestão administrativa tanto da AEFA quanto da AMEFA são compostos, prioritariamente, por agricultores e agricultoras familiares.

Localização das EFAs em Minas Gerais

N.	EFA	Município	Nível*	Modalidade**	Território/Região
1	Jequeri	Jequeri	EF-II	Regular e EJA	Zona da Mata
2	Margarida Alves	Conc. Ipanema	EF-II	Regular	Leste/Caparaó
3	Renascer	Jequitinhonha	EF-II	Regular	V. Jequitinhonha
4	Serra do Brigadeiro	Ervália	EF-II	Regular e EJA	Zona da Mata
5	Virgem da Lapa	Virgem da Lapa	EF-II	Regular	V. Jequitinhonha
6	Camões	Sem Peixe	EF-II/EMT	Regular e EJA	Zona da Mata
7	Jacaré	Itinga	EF-II/EMT	Regular	V. Jequitinhonha
8	Natalândia	Natalândia	EF-II/EMT	Regular e EJA	Noroeste
9	Vida Comunitária	Comercinho	EF-II/EMT	Regular e EJA	V. Jequitinhonha
10	Agroecológica Araçuaí	Araçuaí	EMT	Regular	V. Jequitinhonha
11	Bomtempo	Itaobim	EMT	Regular e EJA	V. Jequitinhonha
12	Cruzília	Cruzília	EMT	Regular e EJA	Sul
13	Dom Luciano	Catas A. Noruega	EMT	Regular e EJA	Zona da Mata
14	Efácil	Itaipé	EMT	Regular e EJA	Vale do Mucuri
15	Margarida Alves	Simonésia	EMT	Regular	Leste/Caparaó
16	Nova Esperança	Taiobeiras	EMT	Regular	Alto Rio Pardo
17	Paulo Freire	Acaiaca	EMT	Regular e EJA	Zona da Mata

18	Puris	Araponga	EMT	Regular	Zona da Mata
19	Setúbal	Malacacheta	EMT	Regular	Vale do Mucuri
20	Tabocal	São Francisco	EMT	Regular	Norte
21	Veredinha	Veredinha	EMT	Regular	V. Jequitinhonha

Aplicação da (PA) Pedagogia da Alternância nas Escolas Agrícolas do Campo

O Sistema de Pedagogia da Alternância nas (EFAs), alternando tempos de estudos na escola e na família –comunidade facilita a integração do trabalho no campo, à prática social dos sujeitos com o estudo na escola; facilita o acesso e a permanência dos sujeitos na escola, um direito fundamental e inalienável garantido na nossa lei constitucional e na lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional- LDB 9394/1996. Com isso mantem o jovem e adolescentes estudando no campo, sem precisarem sair para estudar na cidade. Os estudos das EFAs partem da realidade concreta das famílias, das comunidades, do trabalho, das práticas sociais dos alunos, das famílias dos povos do campo. Assim os conhecimentos populares, as experiências práticas dos agricultores/agricultoras, os conhecimentos tradicionais dialogam com os conhecimentos científicos na escola. As famílias são convidadas a se comprometerem mais e devem participar mais da vida escolar de seus filhos/filhas e do funcionamento da (EFA). O ambiente educativo oferecido na Escola Família Agrícola aos alunos em sistema de internato gera um sentimento de apoio e com isso favorece a vivencia em grupo, o trabalho é coletivo e cooperativo e tem-se a responsabilidade pelos serviços de manutenção de limpeza dos banheiros, salas de aulas, refeitório, manutenção das unidades didáticas na área de produção agropecuária. O trabalho é concebido como um dos principais princípios educativos. O sistema de internato predispõe ao aluno fazer sua imersão e concentração na Sessão Escolar e isso facilita e otimiza os processos de ensino e aprendizagem, evitando o cansaço do transporte escolar diário, muitas das vezes em estradas precárias e em longas distancias. O transporte da EFA é facilitado uma vez por semana ou a cada 15 dias conforme o ritmo alternado da escola.

As Escolas Famílias Agrícolas se fundamentam em quatro pilares de sustentação a saber:

FORMAÇÃO HUMANA; integral, libertadora, emancipadora com fins em **DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO;** Produção Sustentável da Vida Agroecológica. **PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA;** Educação Popular, por meio da **ASSOCIAÇÃO;** Famílias, Comunidades Camponesas Movimentos Sociais e Sindicais.



A associação EFA é uma organização camponesa, sem finalidades econômicas. Prioritariamente participam as famílias agricultoras, pais, mães, ou responsáveis de estudantes, porém, as famílias de ex-estudantes, pessoas interessadas do meio, profissionais, movimentos sociais e sindicais, cooperativas, associações diversas podem e devem fazer parte desse movimento educacional. O poder da EFA está na sua associação. Assim cabe a associação mobilizar e articular o maior número possível de organizações ligadas à comunidade camponesa e protagonizar relações com os poderes públicos visando acessar as políticas públicas. A associação tem o poder de fazer na EFA gestão política, administrativa e financeira, compartilhar o poder educativo e potencializar o funcionamento metodológico da EFA, por meio do sistema da Pedagogia

da Alternância. Cada EFA possui uma metodologia para selecionar seus alunos, geralmente, ocorre uma semana de adaptação na EFA. Nessa semana os jovens são convidados a vivenciarem tudo o que se passaria em seu tempo de permanência periódico na escola com aulas e tarefas afins. Ao findar esse tempo os jovens têm o poder de decidirem se querem ou não se matricular na Escola Família Agroecológica a ele (a) apresentada.

Existem diversos motivos que levam a uma necessidade de mudança do paradigma da educação rural/no campo para o da educação do campo. Tais motivos se dão não só pela crítica da escola rural, como também pelas propostas de desenvolvimento para o campo. Em geral centradas no agronegócio e na exploração indiscriminada dos recursos naturais. As questões relacionadas com a sustentabilidade e com a diversidade são complementares à educação do campo, pois propõem novas relações entre pessoas, à natureza e os demais seres do ecossistema, além disso “levam em conta a sustentabilidade ambiental, agrícola, agrária, econômica, social, política e cultural bem a equidade de gênero, étnico-racial, intergeracional e a diversidade sexual” (HENRIQUE et al, 2007).

Percebe-se que a educação como um fenômeno essencialmente humano, só pode ser compreendida se entendermos a natureza humana (SAVIANI 2008. Assim sendo, não se pode falar de qualquer elemento relacionado a educação, sem refletir sobre a natureza humana.

O Plano de Estudos (PE), no método de pedagogia de alternância, está embasado nessa perspectiva da educação como ontológica aos seres humanos. Para tanto considera a relação entre o sujeito e os fenômenos da realidade no processo de produção e reprodução da vida, ou seja, a sua existência. Conforme Saviani (2008, p 10)

Diferentemente dos outros animais que se adaptam à realidade natural tendo a sua existência garantida naturalmente, o homem necessita produzir continuamente sua própria existência. Para tanto em lugar de adequar à natureza, ele tem que adaptar a natureza a si, isto é, transforma-la. E isto é feito pelo trabalho. Portanto, o que diferencia o homem dos outros animais é o trabalho instaura-se a partir do momento em que seu agente antecipa mentalmente a finalidade da ação.

Outro aspecto a ser considerado no processo de mediação através do plano de estudo, também próprio da natureza humana, é a capacidade humana de refletir sobre si mesmo. Para Freire (1979), os seres humanos têm consciência desse inacabamento, e é

nessa condição que se encontra a raiz da educação. Porém a busca do inacabamento não deve acontecer de forma individualizada. Ou seja

[...]a educação, portanto, implica uma busca realizada por um sujeito que é homem. O homem deve ser sujeito de sua própria educação. Não pode ser o objeto dela. Por isso, ninguém educa ninguém[...] sem dúvidas ninguém pode buscar na exclusividade, individualmente. Esta busca solitária poderia traduzir-se em ter mais que é uma forma de ser menos (FREIRE 1979, p. 28).

Mesmo sem um suporte teórico na sua origem, a Pedagogia da Alternância portava, na finalidade educativa, um conhecimento produzido pela prática social dos camponeses orientados pelo movimento sindical (TELA, 2015). Observa-se que a aproximação com as Lutas Populares já estava presente na origem da Pedagogia da Alternância e que foram, também marcantes na designação de seus princípios metodológicos. O método popular VER-JULGAR-AGIR, muito utilizado pelo movimento sindical e pelas pastorais sociais da Igreja Católica, foi utilizado como referência para os primeiros ensaios da Formação por Alternância.

Esse método foi elaborado por Joseph Léon Cardijn, Monsenhor que teve uma atuação na luta em defesa dos operários e ao ser preso teve as condições de aproximar os valores sociais da Bíblia com as teorias políticas da época. Conforme descreve Castelhana (2017, p. 11):

O tempo da prisão torna-se um tempo frutuoso durante o qual Cardijn organiza os seus pensamentos. Faz uma leitura atenta e demorada da Bíblia, torna a ler obras sobre o mundo operário, como “O Capital “ de Karl Marx. A par disso continua a sua reflexão sobre a situação dos jovens trabalhadores. É durante o período da prisão que redige um escrito onde, numa atitude e manifestação de fé, se insurge contra a guerra e enaltece o valor dos homens humildes, homens de grandeza e heroísmo.

Para o monsenhor Cardijn, os indivíduos devem ser agentes da luta pela melhoria das suas condições de vida e do processo de conscientização de pessoa humana. Dessa forma, tomando consciência da sua dignidade de pessoa humana descobrindo não individualmente, mas coletivamente, torna-se capaz de agir para transformar a sua existência, o lugar onde vive e a estrutura da sociedade.

É nesse movimento histórico de luta e de relações de forças que a pedagogia da alternância e as suas mediações didáticas vão se constituindo, como é o caso do plano de estudos, que tem no método popular VER-JULGAR-AGIR a sua inspiração inicial.

Desafios de Implementação da Educação por Alternância nas Escolas do Campo

Vislumbrar a formação por alternância nas escolas públicas do campo impõe uma certa luta e requer muita disposição para fazer uma revolução copernicana na escola, seria a proposição de uma outra lógica de organização dos tempos e espaços escolares. O tempo letivo é considerado tanto no período vivenciado na escola, quanto no período alternado vivenciado junto a família e sua comunidade. Dessa forma um outro calendário escolar seria necessário. Já a sala de aula ela se expande na modalidade de alternância, sua dimensão é pluralizada diversificando seus espaços e tempos.

Tem se a percepção que a escola não é o único lugar de ensinar e aprender, de se fazer a escolarização a profissionalização. Assim o professor pode e deve atuar em equipe no interior da escola e em rede com outros formadores parceiros que estão fora da escola, mas que contribuem no processo da educação. Já os estudantes alternantes são desafiados a desenvolverem mais a sua autonomia, mostrar com maior empenho seu protagonismo e consequentemente a sua responsabilidade como um sujeito ativo no seu processo de aquisição do conhecimento.

Quando se volta às famílias ou responsáveis pelos estudantes se requer com uma certa exigência, mais presença, assiduidade e participação em todo o processo, em especial quando o estudante está no modo de alternância na família e comunidade. Para além da família outros sujeitos integrantes do coletivo são implicados pela necessidade que se tem de uma rede de parceiros na formação do aluno.

Quanto ao currículo, a modalidade de alternância traz desafios para sua construção e isso se dá com diálogo com os sujeitos, a inclusão de temáticas que traduzirão a realidade social, política, econômica, cultural e ambiental, entra a interdisciplinaridade e uma maior relação entre os saberes teóricos, sistematizados pela ciência. Para isso a escola precisa ter bem esclarecido no seu Projeto Político Pedagógico conhecimento e concepção de sociedade do campo, de uma escola com a visão de que ser humano quer informar e formar.

Além dessa gama de desafios, a formação por alternância ainda se complexifica mais pela necessidade de se proporcionar um ambiente escolar apropriado para acolhida dos estudantes de maneira a lhes condicionar a passar todo o dia na escola, alternado os

tempos de ensino teórico-prático, tempos de lazer, esporte, de expressão cultural, descanso. Tem se casos de moradia estudantil é necessária, bem como espaços com unidades didáticas para práticas profissionalizantes.

Não se percebe a alternância como uma solução pedagógica fácil, porém sua complexidade representa em suma o que há de mais eficiente para atender as condições dos moradores do campo com seus desafios para garantir a qualidade da educação. Nesse sentido compreender a alternância educacional traz um significado de rompimento de paradigmas e da saída de uma zona de conforto. Conforme Arroyo (2006), a escola possui um arranjo com o qual é difícil de romper, pois está cristalizado e só pode ser revertido com reflexão considerando, um novo olhar a partir da própria escola.

Essa organização educativa que interage diferentes tempos e espaço tem se constituído historicamente como uma outra modalidade ou, em outras palavras sistema de ensino. Porém mesmo com as possibilidades previstas na legislação educacional, ainda vivenciamos o desafio de garantir sua expansão nas escolas públicas do campo. Nesse olhar aponta se alguns elementos específicos para uma escola com Formação por Alternância é preciso incluir na construção do seu Projeto Político Pedagógico e na operacionalização do seu trabalho pedagógico essa visão educacional.

As Escolas Famílias Agrícolas têm um próprio plano de formação, que inclui conteúdos vivenciais – elaborados anualmente com o apoio das famílias dos estudantes – e conteúdos diversificados e profissionalizantes. O modelo educacional adotado é a pedagogia da alternância, que surgiu na França em 1935 após um adolescente não ter se adaptado à escola da cidade, expressando seu desejo de trabalhar como agricultor.

Portanto, a escola funciona como um internato. Todo o conhecimento teórico realizado durante o período de aulas é “prensado” para ser fundamentado na prática vivenciada pelos estudantes e compartilhada com seus familiares. Para garantir uma boa estadia na EFA, existe um esquema de auto-organização dos estudantes, incentivando-os a buscarem diariamente sua liberdade com responsabilidade. A vida no internato e a aprendizagem proporcionada são consideradas tão ricas quanto a aprendizagem em sala de aula. A auto-organização também permite uma maior sociabilidade dos estudantes entre si e com a sociedade em geral. As aulas práticas também são uma maneira de eles praticarem o que pesquisam e aprofundam na comunidade e na EFA” Além do conhecimento transmitido em sala de aula e nas atividades externas do internato, os alunos também têm acesso a estágios, que abrangem outros espaços além da agropecuária, e as visitas das famílias. “Essas visitas

têm objetivos definidos, sendo o principal deles fortalecer as relações entre escola, família e comunidade, uma vez que as famílias dos alunos são associadas à EFA. ” Entre as principais dificuldades que o projeto enfrenta atualmente está a falta de legislação. Segundo a AMEFA, a ausência de leis que os amparem como instituições de gestão popular impacta na exclusão das EFAs de programas voltados para as escolas públicas, restringe a obtenção de recursos para construção, reforma e ampliação das infraestruturas, assim como a aquisição de equipamentos de laboratórios e outros materiais necessários aos cursos.

Considerações Finais

Uma parcela da sociedade brasileira ainda é levada a ter um olhar pejorativista para com o povo do campo. Visualizando o campo ainda como um lugar que representa o atraso. E isso facilita com o descaso do estado no que rege às Políticas Públicas voltadas para garantia e preservação do bem-estar das populações camponesas. Dentro dessa realidade, a Educação do Campo tende a fortalecer na tentativa de substituir essa visão depreciativa da vida no campo, contrapondo com a valoração dos sujeitos e a diversidade cultural que existe no meio rural, e por meio de um processo de estimulação refletem sobre os problemas que afetam o cotidiano no campo. A Educação do Campo Preocupa com a formação do sujeito enquanto cidadão crítico que pertence ao meio e simultaneamente se descobre como agente transformador de seu espaço, pode se considerar a Educação do Campo como um sinônimo de desenvolvimento do campo, pensada para as pessoas que ali vivem. Por outro lado, a Educação no Campo/rural, é o sinônimo do crescimento, visando à melhoria de índices econômicos e não os índices de melhoria de vida populacionais. A primeira, Educação do Campo, é uma luta de pessoas organizadas por meio de movimentos sociais que buscam seus direitos e o cumprimento destes, já a segunda opção de educação foi criada sem a participação das pessoas a qual essa educação se destina, visando apenas os interesses dos seus formuladores.

Ainda que por lei a Educação esteja garantida, ainda assim se faz necessário lutar por Educação do Campo. É preciso cobrar junto ao povo do Campo para que esse direito não caia no esquecimento e que não se deixe de ser cumprido. A história se constrói com as diferenças, para tanto a cultura camponesa precisa ser vista, conhecida preservada e estudada pelos seus. É preciso que se junte a esse povo, os educadores, que estejam alinhados com as questões que são peculiares ao campo, as lutas e as conquistas desenvolvidas para essa educação, fazendo disso, complemento para sua formação de educador do campo.

Vislumbra-se que a Educação do Campo é uma conquista de um povo que precisa de um processo educacional que respeite as singularidades do seu espaço, sua cultura e suas práticas tradicionais. Esse conceito de educação surge visando a garantia de melhores condições de vida para a população camponesa, almejando impulsionar nos indivíduos o desejo de permanecer no campo (RODRIGUES, et al., 2017, p.13). O educando tem a

garantia ou presume o direito de ser educado no seu lugar, levando em conta as suas peculiaridades, seu modo de vida cotidiano será preservado sem ter que migrar para o meio urbano em busca de novos horizontes.

Na pedagogia da Alternância tem-se a preocupação de pensar o campo dentro de uma perspectiva crítica e a de formar indivíduos que conheçam e consigam contestar a forma de imposição de novos projetos agrícolas hegemônicos que degradem as tradições do campo trazendo a sua inferiorização. A implantação/execução da Pedagogia Alternância pressupõe uma constante troca de conhecimento, seja, ele científico, seja ele popular.

Nessa pedagogia traz-se uma mensagem ao povo do campo de valorização de seus saberes e fazeres, mostrando o quão relevante são, e o equiparando com outros conhecimentos produzidos cientificamente. Cabe colocar em foco a importância de que tenha no espaço escolar as evidências da realidade dos seus, suas vivências, costumes isso ligado ao processo de ensino aprendizagem. É preciso levar em conta o sujeito histórico e socialmente envolvido nesse contexto de aprendizado. É por meio do conhecimento de onde se está, onde se vive, que é possível vislumbrar um olhar mais crítico e se posicionar buscando dentro daquilo que se almeja a emancipação por meio das lutas constantes no meio social e educacional.

Quem não se movimenta não sente as correntes que o predem

Rosa Luxemburgo.

Referencias

ARRUDA, André. **LDB – Lei de Diretrizes e bases da Educação – Lei 9394/96**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Roma Victor, 2007.

BRASIL. Resolução N.1, 13 abril de 2002. **Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Grupo permanente de trabalho de Educação do Campo. Brasília /DF: MEC/SECAD,2002

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo. In: CALDART, Roseli Salete et all (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de saúde Joaquim Venâncio, Expressão popular, 2012.

CERQUEIRA, M. C. A.; SANTOS, C. R. B. . **As Escolas Famílias Agrícolas, a Pedagogia da alternância e o caderno da realidade**. In: I Seminário Internacional e I Fórum de Educação do Campo da Região Sul do RS: Campo e Cidade em busca de caminhos comuns 2012, Pelotas. RS. I Seminário Internacional e I Fórum de Educação do Campo da Região Sul do RS: Campo e Cidade em busca de caminhos comuns. Pelotas: universidade Federal de Pelotas, 2012. v .01.p.1-15.

GIMONET, Jean-Claude. **Nascimento e desenvolvimento de um movimento educativo: as Casas Familiares Rurais de Educação e orientação**. In SEMINARIO INTERNACIONAL DA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA: Alternância e Desenvolvimento, I. ,1999, Salvador Anais ... Salvador: Unefab, 1999. P.39-48

Begnami, João Batista. Formação por Alternância na educação do campo / João Batista Begnami, Érica Fernanda Justino – Marília: Lutas Anticapital 2022. 159. p

Mediações didáticas da pedagogia da alternância – volume 1/ organizadores João Batista Begnami, Therry DE Burghgrave -- 1. Ed. – Nova Friburgo, RJ: Pragma Livros, 2023. - - (Mediações de pesquisa e compartilhamentos de saberes; 1)

CALDART, R, S **A escola do campo em movimento**. In: **Por uma educação básica do campo**, nº 3. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo. 2002.